

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
 - 1.2 – Comissão
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 - 2.1 – Comissão
- 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
- 4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 5 – REQUERIMENTO APROVADO
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 7 – ERRATAS



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 13/7/2023

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Charles Santos – Doutor Jean Freire – Leleco Pimentel – Neilando Pimenta – Ricardo Campos – Sargento Rodrigues.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 18, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/7/2023

Às 15h40min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* recebidos pelo *Fale com as Comissões*, das Sras. Jucélia, moradora do Assentamento Princesinha do Vale em Almenara, denunciando que está sendo ameaçada de despejo; e Ana Paula Pereira da Rocha denunciando que a Penitenciária de Francisco Sá não possui assistente social; e dos Srs. José, denunciando que no Presídio de Almenara está ocorrendo violação de direitos humanos e violação da dignidade sexual de presidiários; Geraldo Márcio Pinheiro, denunciando que uma criança foi agredida por um motorista de ônibus escolar e vereador no Município de Crucilândia; Jairo Sandro

da Silva, relatando que foi vítima de homofobia no ambiente do seu trabalho; e Fábio José Braz, advogado, denunciando que foi agredido por policiais penais na cadeia de Coronel Fabriciano. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.117/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a vedação do emprego de técnicas construtivas hostis nos espaços públicos livres que visem a restringir o direito à circulação e à permanência de pessoas por meio da utilização de materiais, equipamentos, objetos, mecanismos e estruturas, edificadas ou não, bem como a implementação, nos municípios mineiros, da Lei Padre Júlio Lancelotti – Lei Federal nº 14.489, de 2022 –, tendo como convidada a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização;

nº 3.130/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança e o combate à violência no campo;

nº 3.134/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Marcos Assis pelo trabalho realizado no projeto Visitas Orientadas, da Gerência de Educação para a Cidadania, da Escola do Legislativo;

nº 3.193/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para proceder à reabertura do presídio localizado no Município de Rio Pardo de Minas, como forma de garantir a observância do direito do detento de permanência em local próximo ao seu meio social e familiar;

nº 3.204/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para garantir a instalação e a regularização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de energia elétrica, em conjunto com as respectivas prefeituras municipais, em todas as ocupações localizadas no Estado, para garantir a dignidade dos moradores e seu direito a moradia;

nº 3.205/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Casa Civil pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis na reunião da Mesa de Diálogos e Negociação Permanente do governo do Estado, que ocorrerá no próximo dia 19/7/2023, visando garantir o direito à moradia das 54 famílias moradoras da ocupação Vila da Conquista, em Belo Horizonte, diante de denúncia feita na audiência pública da comissão, ocorrida em 11/7/2023, sobre a iminência de despejo dessas famílias;

nº 3.206/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – pedido de providências para que seja restabelecido de imediato o processo de negociação com as ocupações Carolina Maria de Jesus e Vicentão;

nº 3.207/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – de Uberlândia, à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria Municipal de Educação – Smed – de Uberlândia pedido de providências para que seja garantido o pleno acesso aos serviços de saúde e educação aos moradores da Comunidade das Torres, no Município de Uberlândia, considerando denúncia sobre dificuldades enfrentadas pelos moradores dessa comunidade no acesso aos serviços locais de saúde e educação;

nº 3.208/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer sejam encaminhados à Prefeitura Municipal de Sete Lagoas pedido de providências para adoção das medidas cabíveis diante de abuso de poder praticado por integrantes da Guarda Civil Municipal de Sete Lagoas em desfavor de moradora da ocupação Nova Aliança, situada ao lado da Cidade de Deus, considerando-se denúncia apresentada durante a audiência pública ocorrida em 11/7/2023, e o *link* para o inteiro teor da reunião;

nº 3.209/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Casa Civil pedido de providências com vistas ao incremento de pessoal para atuação na Mesa de Diálogo e Negociação Permanente do Estado de Minas Gerais, visando a otimizar seus trabalhos e garantir sua efetividade;

nº 3.210/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, ao Ministério Público Federal – MPF – em Belo Horizonte, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, à Polícia Federal em Brasília, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais da Cohab Minas e à Secretaria de Estado de Casa Civil pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis diante da denúncia feita pelo senhor Adair, conhecido por Neizão, de ataques sofridos pelas comunidades geraizeiras do território do Vale das Cancelas, nos Municípios de Grão-Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis, inclusive com violação ao disposto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, perpetrada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e sejam encaminhados aos referidos órgãos o *link* da audiência pública da comissão realizada em 11/7/2023, na qual o Sr. Adair apresentou sua denúncia;

nº 3.211/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Casa Civil pedido de providências para que sejam retomados os terrenos da Codemig doados para instalação de complexos industriais, o não se efetivou; e sejam adotadas todas as medidas cabíveis para que terrenos ocupados para fins de moradia popular sejam devidamente regularizados;

nº 3.213/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para promoção de campanhas internas e capacitações para seus membros e servidores, como juízes e oficiais de justiça, entre outros, a respeito da regra de transição garantida por meio de decisão proferida no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828/DF, bem como sobre as competências da Comissão de Conflitos Fundiários do TJMG; e o *link* para o inteiro teor da audiência pública realizada em 11/7/2023 com a finalidade de debater o assunto;

nº 3.214/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social, ao secretário de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Casa Civil pedido de informações consubstanciadas na apresentação do levantamento de imóveis ociosos do governo do Estado e de suas entidades vinculadas, especificando-se a localização, a área e o valor;

nº 3.215/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, à Defensoria Pública de Minas Gerais, ao Ministério Público de Minas Gerais, à Secretaria de Estado da Casa Civil de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Ministério das Cidades, à Secretária de Patrimônio da União em Minas Gerais e à Secretaria da Presidência da República o relatório de conflitos envolvendo risco de despejo forçado no Estado e as possibilidades de resolução mediada;

nº 3.221/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maristela Vieira Barbosa, pela posse como reitora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro para a gestão 2023-2027;

nº 3.222/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas para a Comunidade Tradicional Carroceira de Belo Horizonte e Região Metropolitana, considerando restrições legais ao direito à manutenção e reprodução social do modo de vida carroceiro, em contraste com normas nacionais e internacionais de proteção aos povos e comunidades tradicionais;

nº 3.255/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater as denúncias de possíveis violações de direitos humanos no sistema prisional do Município de Juiz de Fora;

nº 3.256/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Solimar Carneiro, fundadora do Geledés e que teve a sua passagem para o Orun no dia 12/7/2023;

nº 3.260/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito pela salvaguarda do patrimônio imaterial cultural do Congado Mineiro;

nº 3.261/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para apresentação da pesquisa “Condições para o exercício de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres usuárias de drogas em Belo Horizonte”;

nº 3.262/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à aprovação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 340/2022, pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, proposição que viola princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana e a cidadania, além de violar o compromisso republicano com a erradicação da pobreza e a marginalização e redução das desigualdades sociais;

nº 3.263/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e ao Ministério da Educação pedido de providências para ampliação e consolidação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, tendo em vista a relevância da instituição para a região e para o Estado;

nº 3.266/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao presidente da Câmara Municipal de Betim pela aprovação do Projeto de Lei nº 229/2023, que dispõe sobre a proibição de participação de crianças e adolescentes em Parada do Orgulho LGBTQIA+ ou em qualquer evento público que tenha cunho de exibição de cenas eróticas e pornográficas, incentivo às drogas e intolerância religiosa no Município de Betim;

nº 3.272/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para averiguar as denúncias de condutas relacionadas a intolerância religiosa, ocorridas no Município de Uberlândia, especialmente no que se refere a ataques sofridos por membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, com a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, bem como o *link* para a 16ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 12/7/2023.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. A presidência registra a presença da deputada federal Dandara Tonantzin Silva Castro, e, remotamente, do Sr. Denilson Nascimento, presidente da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Bento. Logo após passa a palavra aos denunciantes para que façam suas exposições. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Cristiano Silveira e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 17/7/2023, às 11 horas e às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 13/7/2023, a seguinte comunicação:

Do deputado Coronel Sandro em que notifica a criação da Frente Parlamentar 70/381 – Em Defesa da Duplicação da BR-381 de Periquito a Governador Valadares.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 13/7/2023, a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.620/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

**REQUERIMENTO APROVADO****REQUERIMENTO APROVADO**

– Publica-se a seguir requerimento aprovado e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 2.345/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 13/6/2023, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Controladoria-Geral do Estado – CGE – pedido de providências para que seja determinada a suspensão do aumento tarifário realizado pela empresa Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., até que sejam concluídas as obras de duplicação das vias entre os trechos Montes Claros-Bocaiúva e Corinto até o Trevo da BR-135 com a BR-040 e a construção de terceira faixa no restante da rodovia, nos termos do contrato firmado através da Concorrência Pública Internacional 6/2017.

Sala das Reuniões, 14 de junho de 2023.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

Justificação: A empresa Eco 135 Concessionária de Rodovias S/A, vencedora da licitação “Concorrência Pública Internacional 6/2017” realizada pela antiga Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – Setop –, atual Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, realizou a partir de 1º/4/2023, o 4º (quarto) aumento tarifário em suas praças de pedágio, elevando significativamente o custo para os usuários da rodovia. Ocorre que o contrato de concessão prevê a obrigação da concessionária em realizar as obras de duplicação das vias entre os trechos Montes Claros/Bocaiúva e Corinto até o Trevo da BR-135 com a BR-040, e a construção de “terceira faixa” no restante da rodovia, sendo pré-estabelecido o prazo de 5 anos a partir da assinatura do contrato para a conclusão das referidas obras, conforme item 3.2.2 – Obras de Ampliação de Capacidade do Anexo I –

Programa de Exploração da Rodovia (PER) do contrato de concessão. O contrato Setop nº 4/2018 foi assinado em 19/6/2018 conforme extrato publicado no Diário Oficial em 20/6/2018 (página 31 – caderno 1 – Diário do Executivo). Deste modo, inviável que seja estabelecido aumento tarifário sem que as obrigações assumidas pelo concessionário estejam integralmente cumpridas, sob pena de submeter os mineiros e mineiras, usuários da rodovia, ao custeio de tarifa para uso de via pública sob concessão, sem a devida contraprestação do serviço, bem como, em afronta ao interesse público que justificou a licitação realizada pela Administração Pública. Por todo exposto e considerando que o contrato de concessão prevê a competência da Seinfra e da CGE para fiscalização de sua execução, necessária a tomada de providências com a finalidade de suspender o aumento tarifário realizado pela empresa Eco 135 Concessionária de Rodovias S/A até que sejam integralmente cumpridas as obrigações assumidas, na forma do contrato firmado através da Concorrência Pública Internacional 6/2017.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/7/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Erick Feitosa Florêncio, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Eduardo Azevedo;

nomeando Helio Rodrigues de Souza, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Minas e Energia;

nomeando Nilander Gomes da Cunha, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, assinou o seguinte ato:

designando Carolina Bastos Cará para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Infraestrutura – Gerência de Apoio à Gestão Contratual.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 22/2023

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 48/2023

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 2/8/2023, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de energia ininterrupta – UPS (*nobreaks*) – da ALMG.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2023.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 23/2023****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 52/2023**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 1º/8/2023, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o fornecimento de lanches.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2023.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 50/2023**Número no Siad: 9389032**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Vídeo Mais Comércio e Serviços de Áudio e Vídeo Ltda. Objeto: aquisição de câmeras de vídeo remotas. Vigência: 7 meses, contados a partir da data da assinatura, inclusive, sem prejuízo da garantia. Licitação: Pregão Eletrônico nº 14/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-4.4.90 (10.1).

**ERRATAS****E-MAIL**

– Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/7/2023, na pág. 27.

REQUERIMENTO Nº 2.345/2019

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/7/2023, na pág. 29.